

ATAQUE EM BRASÍLIA

Atentado ao STF detona a proposta de anistia

Projeto para perdoar golpistas do 8 de janeiro deve ser sepultado pelo Congresso

» VINICIUS DORIA

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Autor da PEC, Rodrigo Valadares tentou desvincular o autor do atentado de grupos políticos de direita

Atentado à bomba nas proximidades do Supremo Tribunal Federal (STF), na noite de quarta-feira, e a descoberta do vínculo do autor — um chapeiro de Santa Catarina filiado ao PL que disseminava discursos de ódio em suas redes sociais — com o bolsonarismo provocaram uma onda de repúdio ao extremismo de direita e reavivaram, na memória das pessoas, os ataques de 8 de janeiro de 2023 aos Três Poderes.

Como efeito imediato, a proposta de uma emenda à Constituição (PEC) para anistiar os presos dos atos antidemocráticos, defendida, principalmente, por políticos ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ), perdeu boa parte de seu apelo: o de que os acusados não teriam praticado os crimes pelos quais estão sendo condenados pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF — condenações que estão sendo ratificadas pelos demais magistrados.

As vozes contra a anistia dos golpistas ganharam força nas últimas horas, principalmente depois de a Polícia Federal confirmar que o autor do ataque de quarta-feira, Francisco Wanderley Luiz, participou de acampamentos bolsonaristas (a maioria, em frente a instalações militares) após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva sobre Bolsonaro nas eleições de 2022.

A chamada PEC da Anistia foi proposta pelo deputado Rodrigo Valadares (União-SE) — que se declara “cristão, conservador e bolsonarista” —, com o objetivo de livrar de condenações penais os participantes do quebra-quebra na Praça dos Três Poderes. Ontem, o parlamentar tentou desvincular o autor do atentado de quarta-feira de grupos políticos de direita, na linha de que Francisco Wanderley Luiz sofriria de transtornos mentais e que agiu sozinho.

“O triste e lamentável episódio”, escreveu Valadares em sua conta no X, “deixa muito evidente que é um fato isolado de uma pessoa que claramente sofria transtornos de ordem mental”, e que “nada tem correlação com a direita ou com as vítimas do 08/01”.

Na mesma linha seguiu o secretário-geral do PL, senador Rogério Marinho (RN), ao tratar do atentado. Ele reconhece que o clima político no país continua tenso por causa da polarização, mas, ao contrário do que pregam os ministros do STF, acredita que o Parlamento pode contribuir para pacificar o país ao aprovar a anistia. “Mais do que nunca, está na hora de pacificar o país, de distensionar o processo. E a solução política está dentro do Congresso Nacional, com a anistia”, postou.

A PEC estava pronta para ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, mas o presidente



É mais um episódio fruto da cultura do ódio, de atacar o STF e nossas instituições democráticas, o que reforça ainda mais um ambiente no Congresso para que não se pense em anistiar quem pratica crimes contra a democracia”

Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais

da Casa, Arthur Lira (PP-AL), mesmo pressionado pelos aliados bolsonaristas, decidiu botar um freio na tramitação, pressionado pela base governista.

Lira resolveu que a proposta deveria passar, antes, por uma comissão especial, como prevê o Regimento Interno da Casa. Assim, tirou o tema do debate sobre sua própria sucessão, já que a anistia vinha sendo tratada como moeda de troca pela oposição para apoiar o nome escolhido por Lira para ocupar a Presidência da Câmara a partir do ano que vem.

Cobranças

O problema, para os defensores da PEC, é que o clima pró-anistia, que nunca foi unanimidade mesmo entre os partidos do Centrão, arrefeceu com a explosão das bombas a poucos metros da sede do Congresso

Nacional. O sentimento, um dia após o atentado, era de cobrança por respostas que ajudem a explicar a motivação do crime e se Francisco Luiz atuou sozinho ou se teve ajuda de alguém para preparar o ataque.

“Os atentados em Brasília são muito graves e devem ser apurados com rigor. É uma ação terrorista e política de um fanático. A Constituição é clara: crimes de terrorismo, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático são imprescritíveis e insuscetíveis de perdão”, postou o líder da Maioria no Senado, Renan Calheiros (MDB-AL).

Para o cientista político Leonardo Barreto, o atentado desta semana “resgata a memória” do 8 de janeiro e mina o argumento de que a depreciação da Praça dos Três Poderes foi um mero ato de vandalismo. “Neste momento, os partidos políticos entendem que terão mais custos do que ganhos ao assumirem essa pauta (da anistia)”, avalia Barreto. “O 8 de janeiro é lembrado, agora, na sua dimensão mais trágica, a da ruptura democrática, da possibilidade de agressão aos Poderes constituídos”, disse o analista ao **Correio**.

No Palácio do Planalto, o entendimento é de que o ataque ao STF “reforça o ambiente contrário à aprovação da PEC da Anistia”, de acordo com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, em entrevista à GloboNews. “É mais um episódio fruto da cultura do ódio, de atacar o STF e nossas instituições democráticas, o que reforça ainda mais um ambiente no Congresso para que não se pense em anistiar quem pratica crimes contra a democracia, em especial, todos os atos preparatórios até o dia 8 de janeiro”, concluiu o ministro.

Bolsonaro fala em diálogo e pacificação

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) publicou, ontem, uma nota de repúdio ao atentado em Brasília. O texto divulgado em seu perfil no X (antigo Twitter) lamenta o ocorrido, tratando-o como “fato isolado” e motivado por “perturbações na saúde mental” do autor do ataque. O texto ressalta o “papel fundamental” das instituições políticas e pede por uma “pacificação nacional”.

“Já passou da hora de o Brasil voltar a cultivar um ambiente adequado para que as diferentes ideias possam se confrontar pacificamente”, diz o comunicado do ex-presidente. “As instituições têm um papel fundamental na construção desse diálogo e desse

ambiente de união.”

Em publicações disponíveis nos perfis nas redes sociais de Francisco Wanderley, ele faz supostas referências ao atentado. “Pai, Tio França não é terrorista, né? (...) Ele apenas soltou uns foguetinhos para comemorar o dia 13”, diz um texto publicado por ele horas antes de morrer, fazendo referência a quarta-feira.

Nas eleições de 2020, Francisco Luiz se candidatou a vereador da cidade de Rio do Sul, no oeste catarinense, pelo PL — partido que, hoje, abriga Bolsonaro.

Quando se filiou, o PL ainda não contava com o ex-presidente em seus quadros — ele só ingressou na sigla de Valdemar

Costa Neto em 2021. Porém, segundo o presidente da legenda no município à época, Eduardo Marzall, Francisco Luiz investiu na candidatura eleitoral há quatro anos por causa de Bolsonaro. “Ele queria entrar na política para fazer alguma coisa diferente. Ele tinha apreço muito grande pelo Bolsonaro, sempre falava que o Judiciário, no geral, era uma coisa que incomodava muito. Era mais bolsonarista do que outra coisa.”

Para o ex-dirigente, Francisco Luiz agiu como “lobo solitário”. “Ele era equilibrado e correto. Era um cara pacato de uma cidade do interior. A cidade está toda estarecida”, enfatizou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Bomba implodiu a anistia de Bolsonaro

O objetivo de Francisco Wanderley Luiz, autor das explosões na Praça dos Três Poderes, era matar o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, segundo depoimentos de familiares à Polícia Federal (PF). Ele também havia revelado à ex-mulher, Dayane Dias, que pretendia se matar após o atentado, o que acabou ocorrendo durante o confronto com a segurança do STF. Chaveiro, de 59 anos, Wanderley fora candidato a vereador do PL, em 2020, no município de Rio do Sul (SC). Era um bolsonarista fanático.

Desde a derrota de Jair Bolsonaro, em 2022, Wanderley falava que pretendia matar o ministro Moraes, tendo se preparado para isso longamente. Fez viagens a Brasília, visitou o plenário do Supremo, percorreu corredores da Câmara e rondou a Praça dos Três Poderes, tudo registrado em postagens nas redes sociais. No começo da noite de quarta-feira, impedido de entrar no prédio do STF, lançou uma bomba contra a estátua da Justiça, duas contra os seguranças do Supremo e se matou, ao acionar uma quarta bomba sob a cabeça, após se deitar no chão.

Outra explosão ocorreu no porta-malas do seu carro, que estava no estacionamento próximo ao Supremo. A polícia ainda encontrou um trailer com explosivos e outros artefatos na casa que usou como “aparelho”, que alugara em Ceilândia. Wanderley compartilhava os planos e ameaças nas redes sociais. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reforçaram a segurança de seus respectivos poderes e repudiaram a ação terrorista.

O presidente do STF, Luiz Roberto Barroso, fez um discurso na abertura da sessão da Corte no qual condenou esse e outros ataques às instituições do Poder Judiciário, como as ofensas feitas pelo ex-deputado Daniel Silveira e ações de extremistas e apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. O Código Penal Brasileiro, em sua Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/16), define terrorismo como o uso de violência ou ameaça para provocar terror social ou generalizado, com fins de coagir autoridades ou o público em geral.

O uso da violência por extremistas de direita no Brasil pode, sim, ser enquadrado como terrorista, porque visa desestabilizar a ordem pública e atacar instituições democráticas. Desde os ataques ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, são o resultado da desinformação causada pelas fake news, das teorias de conspiração, da polarização política e do discurso do ódio, que se disseminam pelas redes sociais.

Após a confirmação da vitória de Lula em outubro de 2022, apoiadores radicais de Bolsonaro bloquearam estradas em vários estados, muitas vezes recorrendo à violência e às ameaças para forçar caminhoneiros a aderirem aos bloqueios. Pretendia-se desestabilizar o país e pressionar as Forças Armadas a intervirem contra o resultado das eleições.

Em dezembro de 2022, poucos dias antes da posse de Lula, foi descoberta uma tentativa de atentado com explosivos em Brasília. O empresário George Washington de Oliveira Sousa, apoiador de Bolsonaro, foi preso com armas e explosivos. Ele pretendia usar os explosivos para gerar caos e impedir a posse do novo presidente. Segundo as autoridades, o plano envolvia detonar um caminhão-tanque perto do aeroporto da capital.

Subiu no telhado

Esses episódios ocorreram no contexto de manifestações em frente a quartéis pedindo uma intervenção militar. Fanáticos da extrema-direita, incluindo ex-militares, incentivaram e participaram dessas ações e defendiam abertamente um golpe para anular as eleições e impedir Lula de tomar posse.

Foi nesse contexto que, uma semana após a posse de Lula, milhares de manifestantes invadiram e vandalizaram os prédios do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo.

A explosão que matou Wanderley implodiu também qualquer possibilidade de aprovação de uma anistia para Bolsonaro, que está inelegível, e aos participantes dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, que estão sendo investigados, processados e condenados pelo STF. O ministro Moraes, responsável por esses inquéritos, também será o responsável pelo atentado de Wanderley.

Havia um acordo em andamento entre o PL e os candidatos favoritos às presidências do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que a anistia dos envolvidos no 8 de janeiro de 2023 entrasse em pauta nos plenários das duas Casas. Esse acordo subiu no telhado. Primeiro, porque o barulho das explosões de quarta-feira chegou aos plenários das duas Casas, em alto e bom som. Tornou evidente que o flerte com os fanáticos de extrema-direita ligada a Bolsonaro é um perigo não debelado para a democracia.

Segundo, porque a opinião pública tende a se solidarizar com o Supremo, ainda que o descontentamento da sociedade com muitas decisões dos ministros da Corte faça parte do caldo de cultura para o que ocorreu.

Deu no

The New York Times

O jornal americano informou que “Explosões na capital do Brasil deixam pelo menos um morto”. A reportagem afirmou que “muitos brasileiros de direita veem o Supremo Tribunal Federal como uma ameaça à democracia, argumentando que está perseguindo vozes conservadoras”.

Le Monde

O diário francês destacou que as explosões na Praça dos Três Poderes “levantam temores de um ataque contra as instituições” e que o autor da ação era apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro. A reportagem também cita a iminência da cúpula do G20 no Brasil.

The Guardian

O jornal inglês destacou no título a proximidade do atentado com a cúpula do G20 no Brasil, afirmando que o caso “levanta preocupações de segurança antes da reunião de líderes globais”.

EL PAÍS

A reportagem do jornal espanhol diz que as “duas explosões com um morto” colocaram o “coração político do Brasil em alerta máximo”, e destaca que a Polícia Federal qualifica o incidente como “autoexterminio”. Além de abordar a proximidade da cúpula do G20, relembrou o 8 de janeiro.

ALJAZEERA

A rede do Catar relembrou que “A Praça dos Três Poderes também foi alvo de violência política em anos recentes”, citando o 8/1. “O próprio Supremo Tribunal Federal tem sido alvo de reações desde que abriu uma investigação sobre Bolsonaro e seus aliados por seu papel no motim de 2023.”

LA NACION

O veículo argentino destacou a “forte operação” após as explosões na Praça dos Três Poderes que deixaram um morto. Os ataques de 8 de janeiro e a proximidade do incidente com o G20 também foram ressaltados pelo texto.

DW Deutsche Welle

O jornal alemão noticiou que as explosões afirmou que o “Supremo Tribunal Federal se tornou alvo de ameaças de grupos de extrema-direita e apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro devido aos seus esforços para coibir a disseminação de desinformação”.